

1290000632



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS** TCC/UNICAMP G947f

Instituto de Economia



Fatores determinantes da diferenciação sócio-econômica entre os imigrantes italianos, de 1880 a 1920, no Estado de São Paulo.

Fernando Mattos Pereira Guimarães  
Orientador: Prof. Pedro Ramos  
Banca: Profa. Wilma Peres Costa

Monografia apresentada como conclusão  
do Curso de Graduação do IE

Campinas  
dezembro  
1996

TCC/UNICAMP  
G947f  
IE/632

LEDOCIE

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Pedro Ramos, minha família e meus amigos.

## **RESUMO**

Este trabalho teve por objetivos, estudar a imigração italiana de 1880 a 1920, dando um quadro das causas desta corrente imigratória, e os fatores que determinaram a diferenciação sócio-econômica entre estes imigrantes no Estado de São Paulo.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>pag.05</b>
<b>1. FATORES DETERMINANTES DA IMIGRAÇÃO ITALIANA.....</b>	<b>pag.10</b>
1.1 FATORES DE EXPULSÃO.....	pag.10
1.2 FATORES DE ATRAÇÃO.....	pag.20
<b>2. FORMAS DE ASCENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA.....</b>	<b>pag.28</b>
2.1 ASCENSÃO NO CAMPO.....	pag.31
2.2 ASCENSÃO NAS CIDADES.....	pag.43
2.3 ASCENSÃO ATRAVÉS DO CASAMENTO.....	pag.56
2.4 ANÁLISE DE VIDA- CASO MATARAZZO.....	pag.59
2.5 ASCENSÃO X ILUSÃO.....	pag.64
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>pag.67</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>pag.69</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>pag.72</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS.....</b>	<b>pag.73</b>

## INTRODUÇÃO

Toda corrente migratória da história, somente se realiza pelo fato de haver uma região que apresenta fatores de expulsão, conjugado com uma região que apresenta fatores de atração. Com a imigração italiana ocorrida no período de 1880 a 1920, em direção ao Estado de São Paulo, não foi diferente. A periodização escolhida se deve ao fato, deste ter sido o momento de transição da mão-de-obra escrava, para a mão-de-obra livre em São Paulo; e em virtude da importância do italiano neste processo, sendo estes quarenta anos o período áureo de sua imigração para o Brasil. Este capítulo será dedicado a explicar o porquê na época a ser tratada, a Itália era um polo expulsivo, e o Estado de São Paulo era um polo atrativo.

Para uma visão melhor das origens distintas de onde partem os imigrantes italianos, faz-se necessário a apresentação de um mapa com a divisão política da Itália. O Norte da Itália é formado pelas províncias de: Piemonte, Lombardia, Vêneto, Liguria e Emilia Romagna. O Centro da Itália é formado por: Toscana, Marcas, Úmbria e Lácio. O Sul da Itália e ilhas é formado por: Abruzzos, Molise, Campania, Apulia, Basilicata, Calábria, Sardenha e Sicília.



Com o objetivo de situar a importância quantitativa do nível de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil, cabe aqui colocar uma tabela que os compara com imigrantes de outros países que também foram importantes na constituição do povo brasileiro.

Analisando-se a tabela 1 pode-se constatar que os imigrantes italianos representam em relação ao total de imigrantes entrados no Brasil: 57% no período de 1884 a 1893; 62% no período de 1894 a 1903; 20% no período de 1904 a 1913 e 17% no período de 1914 a 1923. Ou seja, o grande contingente migratório italiano se concentrou nas duas últimas décadas do século passado. No total do período de 1884 a 1923, a porcentagem de imigrantes italianos foi por volta de 42% do contingente total (ver gráfico 2). Essa imigração italiana se dirigiu em maior escala para o Estado de São Paulo (em média 70% do contingente total) em virtude de algumas razões que serão tratadas no transcorrer deste trabalho.

Tabela 1

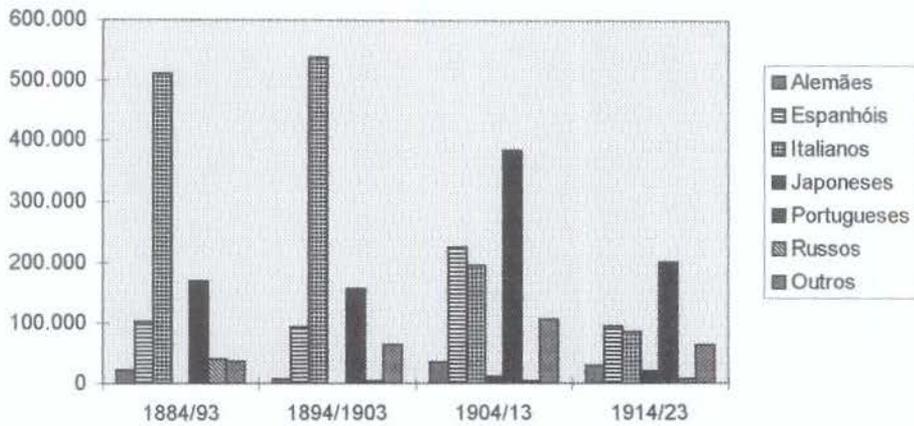
## IMIGRANTES ENTRADOS NO PAÍS DE 1884 A 1923

	1884/93	1894/1903	1904/13	1914/23	Total
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	92.674
Espanhóis	103.116	93.770	224.672	94.779	516.337
<b>Italianos</b>	<b>510.533</b>	<b>537.784</b>	<b>196.521</b>	<b>86.320</b>	<b>1.331.158</b>
Japoneses	—	—	11.868	20.398	32.266
Portugueses	170.621	157.542	384.672	201.252	914.087
Russos	40.589	2.886	4.100	8.196	55.771
Outros	36.031	63.430	106.925	63.697	270.083
Total	883.668	862.110	962.617	503.981	<b>3.212.376</b>

(I.B.G.E. in Almanaque Abril'87: 194)

Gráfico 1

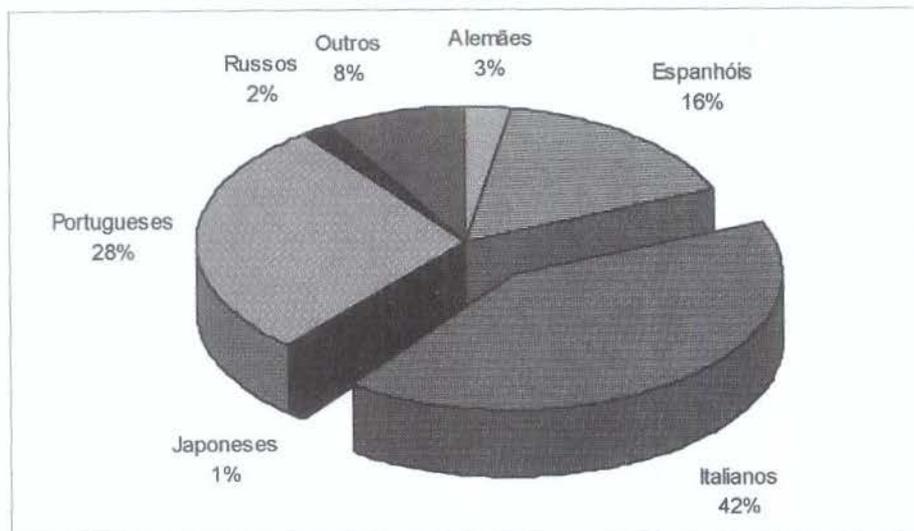
## Principais fluxos de imigrantes entrados no Brasil (1884-1923)



(Dados baseados na tabela 1)

Gráfico 2

## Porcentagem dos imigrantes entrados no Brasil (1884 a 1923)



(Dados baseados na tabela 1)

# 1. FATORES DETERMINANTES DA IMIGRAÇÃO ITALIANA

## 1.1 FATORES DE EXPULSÃO

Na Itália predominavam formas feudais de produção, e a miséria no campo era agravada por secas, inundações e epidemias. A unificação italiana, em 1870, não melhorou a situação, ao contrário, muitas terras foram confiscadas, e os camponeses que ainda tinham pequenas propriedades passaram a pagar impostos para o governo (principalmente a taxa sobre a farinha, cujo não pagamento poderia levar ao confisco da propriedade). A penetração capitalista no campo levou à concentração da propriedade, e as altas taxas de impostos sobre a terra levaram o pequeno proprietário a recorrer a empréstimos e a um conseqüente endividamento.

O grande proprietário italiano consegue ofertar produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno produtor que se transforma em mão de obra para a indústria nascente. Esse processo não se deu de maneira uniforme, mas à medida que se implantava, criava um excedente de mão-de-obra que o próprio país não era capaz de absorver. Para estes, restava a emigração como forma de sobrevivência. Na Itália, onde a produção fabril se desenvolvia lentamente, a situação dos trabalhadores livres criava uma grande

reserva de mão-de-obra desocupada, disposta a trabalhar em qualquer parte do mundo.

Entre 1875 e 1901, foram confiscadas 277.759 propriedades na Itália. Milhares de pequenos produtores perderam o pouco de terra que possuíam, ocorrendo uma reforma agrária às avessas. “Miséria! Esta é a verdadeira e exclusiva causa da imigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial.”(Trento, 1989: 30). O imenso contingente de trabalhadores livres formado na Itália possibilitou o crescimento industrial; que entretanto, ainda não tinha condições de absorver toda a massa de ex-camponeses. A resposta de um imigrante ao ministro italiano que o aconselha a não emigrar, retrata o sentimento de desesperança que assolava o povo italiano: “Que coisa entendeis por uma nação senhor ministro? É a massa de infelizes? Plantamos e ceifamos o trigo, mas nunca provamos do pão branco. Cultivamos a videira, mas não bebemos do vinho. Criamos os animais mas não comemos da carne. E apesar disto, vós nos aconselhais a não abandonar a nossa pátria. Mas é uma pátria a terra em que não se consegue viver do próprio trabalho.” (Ianni, 1963: 82).

A emigração italiana transoceânica que cresce a partir de 1875, chega a ser em 1888 equivalente a 50% da emigração mundial total, mantendo-se até a Primeira Guerra Mundial neste patamar. Este fluxo, se

dá para alguns historiadores, por motivos demográficos devido à diminuição do índice de mortalidade e à estabilização do índice de natalidade após 1870; e por motivos econômicos causados pela depressão agrícola dos anos 80, que provocou uma crise de disponibilidades alimentícias. Sobretudo a impossibilidade, para os camponeses, de conseguir “dinheiro vivo”, o qual lhes era cada vez mais necessário, levou grandes massas a cruzar o oceano. Para outra corrente de historiadores, a expulsão se dá por razões mais amplas, decorrente da transição italiana para o capitalismo, onde adotando uma expressão marxista, ocorre uma “separação do produtor dos meios de produção”, gerando desequilíbrios.

O êxodo italiano não foi freado pelos dirigentes que viam a emigração como um alívio, usando-se uma frase de Sonnino, uma “válvula de escape para a paz social”. “A emigração, para a Itália, é uma necessidade. Precisamos que partam de 200 a 300 mil indivíduos por ano, para que possam encontrar trabalho os que ficam.” (P.Longhitano, *Relazioni Commerciali tra Itália e Brasile*. Gênova, Tip. Marzana, 1903, p.11. in Alvim,1986: 24). Existiam exceções ao apoio a esta emigração desenfreada, como no caso dos proprietários fundiários italianos que temiam que a emigração levasse a um aumento de salários e melhoria dos contratos a favor dos camponeses.

“A Península italiana sempre foi o ponto de partida de homens que levaram alguma contribuição ao desenvolvimento de outros povos, principalmente na América. O regime de propriedade da terra, a política econômica e financeira dos governos italianos após 1860, proporcionaram o processo sócio-político econômico de fabricação de emigrantes.” (Lucena: 1983, 79).

Entre 1876 e 1886, emigraram apenas vênnetos e lombardos (especialmente para as áreas de imigração do sul do Brasil) e meridionais (dirigidos, em parte, para as fazendas do Oeste paulista, mas sobretudo para os centros urbanos). Entre 1887 e 1895, tem-se uma maioria de setentrionais, cuja parábola segue de perto a evolução dos preços do café ( o preço começa a cair a partir de 1893-94, iniciando uma trajetória que dura quinze anos) , enquanto o grosso da emigração meridional começará depois de 1893-95 e tornar-se-á majoritária a partir de 1898. Os setentrionais (em particular os vênnetos) permaneciam em grande parte ligados ao setor produtivo ao qual pertenciam na pátria, isto é, à agricultura. Os meridionais iam trabalhar nos campos em medida menos maciça, encontrando ocupação no artesanato, no comércio e nos trabalhos marginais urbanos. A população do sul começou a emigrar mais tarde, quando a situação criada pela crise agrária e pela tarifa protecionista de 1887 tornou-se insustentável.

Pode-se encontrar alguma relação entre a região de procedência na Itália, e a região que o imigrante se estabelece em São Paulo. “Na província de São Paulo formaram-se dois tipos diversos de imigrantes: aqueles que se internaram no campo e se dedicaram exclusivamente à agricultura, e os que ficaram nas cidades ou nos subúrbios. Os primeiros eram provenientes, na maioria, das províncias vênetas, enquanto os segundos vinham em geral, da Itália central, meridional e da Sicília.” (Hutter, 1972: 116). Neste contexto é indispensável alguma referência histórica desse contingente de imigrantes italianos, situando-os nas diferentes regiões de onde saíram. “Primeiro, porque nos permite detectar as etapas de penetração do capitalismo no campo italiano, acabando por liberar mão-de-obra excedente. Segundo, porque o destino dessa mão-de-obra em São Paulo não se desvinculou da experiência anterior.” (Alvim, 1986: 22).

Analisando-se a tabela 2 constata-se que houve predominância absoluta de imigração vêneta para o Brasil, seguido por campaneses, calabreses e lombardos. A região Norte foi responsável por 49% do contingente total de italianos; a região Sul e ilhas por 39%; e pelo menor contingente, a região central da Itália, responsável por 12% do total.

Tabela 2

Emigração italiana para o Brasil por regiões(1876-1920)

<b>REGIÃO</b>	<b>NUMERO DE IMIGRANTES</b>
Vêneto	365.710
Lombardia	105.973
Emilia Romanha	59.877
Piemonte	40.336
Ligúria	9.328
<b>NORTE DA ITÁLIA</b>	<b>581.224</b>
Toscana	81.056
Marcas	25.074
Lacio	15.982
Úmbria	11.818
<b>ITÁLIA CENTRAL</b>	<b>133.930</b>
Campânia	166.080
Calábria	113.155
Abruzzos/Molise	93.020
Basilicata	52.888
Apúlia	34.833
Sardenha	6.113
<b>SUL DA ITÁLIA E ILHAS</b>	<b>466.089</b>
<b>ITÁLIA</b>	<b>1.181.243</b>

(Alvim, 1986: 62) modificada

Para melhor visão geral, aqui estão os totais até 1901 e após essa data, que mostra uma redução mais que proporcional de imigração do norte em relação ao total de imigrantes italianos. Enquanto a imigração italiana total após 1901, se reduz em quatro vezes em relação ao período anterior, a imigração vêneta e lombarda, e do norte da Itália como um todo se reduz numa proporção maior, contrabalançada por uma redução em menor proporção de imigrantes do Sul e ilhas da Itália.

Pode-se se dizer, que de certo modo, o fenômeno de transição capitalista italiana se espelhou por regiões sucessivas, e como a emigração caminhou paralelamente a essa transformação. O fenômeno expulsor começa em algumas áreas da Lombardia e do Piemonte, seguidas pelo Vêneto e terminou no Sul.

**Tabela 3**

**Variações do contingente imigratório italiano por região de origem  
(até 1901/após1902)**

	Vêneto	Lombardia	Campania	Calábria
até 1901	326.793	86.585	108.301	67.944
após 1902	38.817	19.388	57.779	63.211

(Alvim, 1986: 63)

As condições expulsadoras da Itália são mais responsáveis por estas variações no movimento emigratório do que a preferência deliberada por parte dos fazendeiros paulistas. Não descartando que os fazendeiros preferiam vênetos e lombardos, devido à sua parcimônia, frugalidade e sobretudo, docilidade; em contraposição aos emigrantes do sul da Itália que eram considerados rebeldes (visão dos fazendeiros) e prontos a rebelar-se contra o arbítrio. De modo geral os imigrantes do norte tinham um nível educacional mais elevado que os do sul da Itália. Dados fornecidos pelo Comissariado de Imigração Norte-americano dão uma idéia da porcentagem de emigrantes analfabetos existentes na Europa em fins do século passado e princípios deste.

Pela tabela 4 é possível constatar a diferenciação existente entre a Itália central e meridional, e a Itália setentrional no fator alfabetismo. Constata-se que enquanto os imigrantes italianos das regiões centrais e do sul estavam entre os menos alfabetizados da Europa, os imigrantes do norte da Itália estavam entre os mais alfabetizados da Europa. Este fato é decorrente do maior desenvolvimento econômico do Norte da Itália (em especial na região do Vale do Rio do Pó) em relação ao Sul, uma característica que persiste até os dias de hoje.

Tabela 4

**QUADRO DEMONSTRATIVO DA PORCENTAGEM DE EMIGRANTES  
ANALFABETOS, SEGUNDO AS NACIONALIDADES**

Nacionalidade	Emigrantes analfabetos
Rutenos	45,83
Portugueses	45,75
<b>Italianas das províncias centrais e meridionais</b>	<b>45,56</b>
Sírios	41,22
Poloneses	28,39
Lituanos	28,05
Eslovenos	26,22
<b>Italianos das províncias setentrionais</b>	<b>11,00</b>
Alemães	4,43
Franceses	3,53
Inglese e escoceses	2,43

(Hutter, 1972: pag 150)

A partir de 1902, o Brasil deixa de ser o país escolhido por aqueles que desejavam emigrar. A perspectiva de emigrar para os Estados Unidos passa a fascinar o trabalhador italiano. Segundo o Anuario

Statistico dell'Emigrazione, "Entre 1902 e 1920 dirigiram-se para o Brasil 290.027 italianos, enquanto para os Estados Unidos foram 3.920.330 pessoa, ou seja, 13,5 vezes mais." Este fenômeno se dá não só pela atração exercida pelos Estados Unidos; mas também pelos relatos de miséria e exploração que os imigrantes italianos eram submetidos no Brasil, que fizeram com que o governo italiano tomasse medidas que inibissem a emigração italiana para o Brasil.

## 1.2 FATORES DE ATRAÇÃO

Na década de 1880, às vésperas da Lei Áurea, o preço dos escravos era elevadíssimo, tornando mais barato importar mão-de-obra da Europa, onde o desenvolvimento do capitalismo industrial criara enormes excedentes de trabalhadores.

As primeiras tentativas do governo brasileiro de promover a imigração europeia datam ainda do Primeiro Reinado; no entanto, somente a partir de 1850 com a extinção do tráfico negreiro é que a imigração perde o caráter regional e de pequena escala, para se transformar em grandes correntes imigratórias. A partir do fim dos anos 70 que a imigração italiana para o Brasil começará a assumir um aspecto mais preciso e dimensões apreciáveis, até transformar-se em fenômeno de massa entre 1887 e 1902, contribuindo de modo decisivo para o aumento demográfico do país.

Um dos fatores que levou o Brasil a ser um polo atrativo de imigrantes europeus estava na escassíssima densidade demográfica que caracterizava o país, e que não podia deixar de preocupar o governo brasileiro, que apoiava a imigração como forma de tornar as fronteiras menos vulneráveis e suprir a necessidade de mão de obra. Outro fator é de motivação econômica, que em virtude principalmente do auge da

produção cafeeira no Estado de São Paulo, levou a um afluxo de europeus, especialmente italianos a partir dos anos 80. “O grande argumento que preside à escolha de imigrados europeus e em particular italianos, de preferência aos chineses, principalmente, é o branqueamento da raça brasileira. mas os membros da oligarquia cafeeira constataam que os *poverelli* que chegam às sua propriedades são quase sempre rudes ou, pelo menos, muito diferentes da imagem que faziam dos europeus.” (Carelli: 1985, 27)

A partir dos anos 40 do século passado, o café passa a substituir o açúcar como mercadoria de exportação. A expansão, ou a simples manutenção da produção cafeeira, dependia da reprodução da força de trabalho, em ritmos crescentes. A partir de 1851, com a extinção do tráfico de escravos provenientes da África, termina-se o único canal de aprovisionamento que os proprietários fundiários conheciam até então (a escassez de mão-de-obra africana se deu de forma relativa, pois o tráfico termina, mas a escravidão não, permitindo que se transferisse escravos de zonas mais pobres ou em dificuldade como o Nordeste). Esse tráfico interno de escravos atenuava a urgência de se encontrar alternativas de mão de obra. Porém, alguns fazendeiros mais previdentes procuravam desde os anos 40, introduzir imigrantes, ao lado dos escravos. Para a grande maioria dos fazendeiros, a imigração européia não era vista como uma alternativa à mão-de-obra africana; muito pelo contrário, ela era

vista com certa apreensão, já que o regime de ocupação de terras no Brasil era livre e a terra pertencia a quem dela tomasse posse. Não por acaso, em 1852 surge a Lei da Terra onde, com exceção de terras públicas, o acesso da terra só se daria através da compra.

Em meados do final do século passado, o surto do café nas novas regiões do Oeste paulista intensificou a imigração italiana. Em 1886 foi criada a Sociedade Promotora de Imigração(SPI), por iniciativa de Antônio de Queiroz Telles, Conde de Parnaíba, grande fazendeiro, exercendo naquele momento a presidência da Província de São Paulo. Apoiado pelo conselheiro Antônio Prado, por Martinho da Silva Prado e cafeicultores da zona nova paulista, o Conde de Parnaíba promoveu intensamente a imigração européia, objetivando povoar as novas terras carentes de mão de obra. Por outro lado, a Sociedade Central de Imigração, surgida em 1883 formada por intelectuais liberais como o mulato André Rebouças e o Visconde de Taunay, defendia a colonização com base nas pequenas propriedades à semelhança do que fora feito no Rio Grande do Sul. Apesar das boas intenções dos liberais da Sociedade Central, a concepção dos cafeicultores iria prevalecer. A maioria esmagadora dos imigrantes se dirige para as fazendas de café, com o objetivo de trabalhar como assalariados.

Enquanto autoridades italianas se encarregavam de selecionar a mão-de-obra imigrante, o Governo brasileiro passa a custear com a viagem e a distribuição dos imigrantes em seu novo emprego, em um acordo chamado de “imigração gratuita”. A imigração subvencionada constitui em São Paulo 89% da imigração total entre 1891 e 1895. Para financiá-la o governo central e os estados empregam somas enormes; mas pode-se argumentar que elas foram amplamente compensadas pelo comportamento dos preços de exportação do café. No Brasil, ligados ao consulado italiano, surgiram instituições de ajuda mútua, como o *Instituto Patronato*, encarregado de auxiliar os imigrantes e encaminhar suas reclamações ao Comissariado da Emigração, órgão do governo italiano. Em 1902, queixas dos imigrantes, acusando os fazendeiros de São Paulo de submetê-los a violências e a regime escravista chegaram ao Comissariado italiano que proibiu a emigração gratuita por alguns anos. Em 1904, o Comissariado alertou a população da Itália através do comunicado *Gli Orrori del Brasile* (Os horrores do Brasil) publicado no jornal *La Gazzetta Coloniale*, de Nápoles.

As dificuldades para o imigrante italiano já começavam no embarque nos portos europeus. Os imigrantes pegavam o navio a vapor na Europa, e se lançavam ao mar em uma viagem que durava de 21 a 30 dias. As condições do navio eram de total insalubridade. “Apinhados em navios habilitados para transportar um número de passageiros inferior

em pelo menos um terço, pessimamente alimentados, quando não o eram com comida deteriorada, deitados no convés inferior em beliches empilhados ou diretamente no assoalho, sujeitos a epidemias, principalmente varíola, os emigrantes conheciam um índice de mortalidade elevado, em particular infantil.” (Trento, 1989 : 44,45).

O desconhecimento a respeito do Brasil pelos imigrantes era enorme. Os propagandistas que apoiavam a emigração para a Argentina citavam o Brasil como sendo um país pestilento, com clima propenso à doenças, onde o imigrante seria tratado como escravo e não encontraria nada além da miséria, da desonra e da morte; já os propagandistas que apoiavam a imigração para o Brasil descreviam aqui como sendo uma espécie de paraíso terrestre, com fertilidade, riquezas minerais, clima excelente e com um povo cordial. Ou seja, as notícias pecavam pelo exagero por ambas as partes. De fato os imigrantes eram muito inocentes. “ Os abusos chegavam a tal ponto que, não raro, aconteceu de pessoas que tinham pago passagem para os Estados Unidos serem conduzidas para Marselha ou para o Brasil e outros que pretendiam vir para cá serem levados somente para Marselha” (Luca, Paolo Emilio de - *Dela emigrazione europea ed in particolare di quella Itália* in Hutter, 1972: 37).

Ao aportar no Brasil, os imigrantes eram reunidos na Inspetoria de Imigração, no porto de Santos, e encaminhados para a Hospedaria dos Imigrantes na cidade de São Paulo. Os fazendeiros que procuravam trabalhadores visitavam pessoalmente os recém-chegados ou enviavam-lhes emissários que falassem a língua deles. A Hospedaria era mercado de mão-de-obra: os preços subiam quando a demanda era grande com os fazendeiros fazendo concorrência entre si; e os preços baixavam caso contrário.

O homem que imigrava para o Brasil, quase sempre com toda família, pertencia geralmente às camadas mais pobres da população européia. Os camponeses arruinados formavam o maior contingente da imigração, havendo também muitos operários, artesãos, barbeiros, sapateiros, fotógrafos, donos de cantina, engenheiros, pequenos comerciantes e até mesmo um ou outro industrial ou homem de negócios. Os imigrantes italianos buscavam serviços de rua que permitissem ganhar algum dinheiro, exercendo função de vendedores de jornais, engraxates, compradores e revendedores de garrafas, peixeiros ambulantes, mascates, vendedores de bilhetes de loteria entre outros.

Os imigrantes italianos aportavam no Brasil atraídos pelas promessas de uma vida livre em uma terra nova repleta de possibilidades. Chegando a uma fazenda de café, a família imigrante percebia que o

paraíso estava distante, com condições de trabalho duras e pouco acolhedoras. Cada família recebia certa quantidade de pés de café pelos quais devia ser responsável. O trabalho incluía limpeza das terras da lavoura para eliminar as ervas daninhas e além da colheita eram remunerados, porém, os colonos viviam em situação de extrema dependência em relação ao fazendeiro. Isolados nas fazendas, deviam fazer suas compras nas vendas do dono da terra, o que os colocava em permanente dívida, pois ganhavam menos do que gastavam para suprir suas necessidades básicas.

A mentalidade patriarcal e escravocrata dos fazendeiros persistia apesar do trabalho livre, sendo a relação patrão-empregado marcada por violência, havendo fazendeiros que proclamavam serem os colonos “seus escravos brancos”. Por essa razão um contingente muito elevado de imigrantes, cerca de 40%, descontentes com o tratamento e as perspectivas que encontraram no Brasil, retornavam aos seus países de origem.

Por outro lado as condições precárias das lavouras paulistas levaram a uma grande mobilidade de mão-de-obra. Além de trocar de fazenda, muitos deles terminavam por tentar a sorte nas cidades tornando-se operários da indústria, empregados do comércio ou artesões. Em 1900, 92% dos trabalhadores na indústria de São Paulo

eram estrangeiros; 81% eram italianos. O desenvolvimento da indústria paulista ocorre à sombra da expansão cafeeira; “A nascente indústria paulista, embora subordinada ao capital cafeeiro, dele beneficiava-se duplamente: recebia o mercado criado pelo café, ao mesmo tempo que dispunha de força de trabalho barata e abundante.”(Cano,1977: 257).

Com o intuito de se chegar a posteriori aos fatores determinantes da diferenciação sócio-econômica entre os imigrantes italianos no Estado de São Paulo entre 1880 e 1920, que é o objetivo principal deste estudo, este capítulo fez-se necessário como forma de dar um quadro histórico geral dos fatores que fizeram do Brasil um polo atrativo, e da Itália um polo expulsivo, e nele encontrarmos bases para que possamos chegar às conclusões pretendidas.

## 2. FORMAS DE ASCENSÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Dado os relatos feitos na primeira parte deste trabalho, foi a ascensão social ou a frustração de esperanças que caracterizou a grande parte dos imigrantes italianos? É isto que este capítulo tentará responder.

É inviável entendermos o cotidiano do imigrante italiano no Estado de São Paulo, suas formas de resistência e seus anseios, se negligenciarmos suas raízes históricas. Neste contexto é preciso analisar os valores próprios da sociedade pré-industrial, e as diferenças regionais, que faziam identificar-se como vênéticos, calabreses, lombardos e outros, muito mais do que apenas italianos, (vale apenas lembrar que a unificação da Itália era recentíssima), pois cada um desses povos teve uma influência diferenciada na integração na sociedade paulista.

As normas sócio-culturais que os imigrantes traziam consigo, influenciaram desde o primeiro momento na integração na nova sociedade, sendo responsável pela escolha das atividades a serem desenvolvidas nas lavouras cafeeiras, ou a dispersão do grupo entre o campo e cidade.

Observadores da época analisam a concentração de imigrantes de diferentes regiões italianas em São Paulo. Um grande número de mantovanos concentrou-se na atual Taquaritinga; dos 10.000 italianos que residiam em Mococa no início do século, 4.000 eram originários da cidade de Potenza, na Basilicata; entre 1876 a 1882 dos calabreses que vieram para o Brasil, todos pertenciam a Cosenza; apesar dos vênetsos se espalharem por todo Estado de São Paulo, São José do Rio Pardo, em 1902, era considerada particularmente uma cidade vêneta. “Isto denota uma tentativa de aglutinação segundo regiões de origem, fenômeno nunca estudado no Brasil” (Alvim, 1986: 65). Na própria cidade de São Paulo os italianos tendem a se agrupar conforme a região de origem. “Os napolitanos no Brás, bairro da Hospedaria do Imigrante, os calabreses no Bexiga, os venezianos no Bom Retiro.” (Carelli: 1982, 34). “Os calabreses escolheram o Bexiga, onde construíram oficinas, sapatarias, alfaiatarias e padarias.”(Lucena: 1983, 67).

Do norte da Itália vêm os vênetsos que adentram no campo dedicando-se especialmente à agricultura; da Itália central e meridional os imigrantes buscam as cidades e os subúrbios, para exercer qualquer atividade. “Talvez o melhor exemplo desta divisão confirmando a preferência de meridionais pela vida urbana seja observar alguns traços deixados por essas comunidades na cidade de São Paulo: A Igreja de San. Gennaro, da comunidade napolitana; a Igreja S. Vito Mártir, da

comunidade baresa; a Igreja N.S. Casaluce, também da comunidade napolitana e, finalmente, a de N.S. Aquiropita, da comunidade calabresa. Em contrapartida, a preferência vêneta pelo campo fica evidente nos numerosos sobrenomes vênets entre os pequenos proprietário que integravam a *Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados em 1920.*" (Alvin, 1986:73)

## 2.1 ASCENSÃO NO CAMPO

Os observadores italianos da época são unânimes ao descreverem a escolha ocupacional de seus conterrâneos: “Vênedos e lombardos são na quase totalidade agricultores”, ou seja, os que escolhiam os contratos de empreiteiros e colonos. Na realidade, entre as duas opções, os contratos de colonos eram na maioria das vezes preenchidas pelos vênedos, especialmente a partir de 1886, quando passaram a dominar o fluxo imigratório em direção a São Paulo. Isto ocorreu porque a grande maioria dos vênedos não possuía economias que lhes permitissem arcar com o contrato de empreiteiro. Na verdade existiam diferenças entre os lombardos e os vênedos. Mesmo nas áreas mais atrasadas da Lombardia, existia um caráter menos estático que o Vênedo, pois havia movimento da população em busca de pastos no inverno, e também intercâmbio de produtos. Isto pode indicar porque tantos toscanos e lombardos ficavam em centros seguros como São Paulo, onde a vida era mais fácil e segura, dedicando-se ao pequeno comércio de vinhos, óleos comestíveis ou ao artesanato.

Trabalhar nas lavouras de café e tornar-se proprietário era o grande objetivo dos vênedos. A cidade não era objetivo para eles, e os que lá terminaram, não o fizeram por opção :a proletarização foi o que lhes restou. Já no caso dos meridionais, e de setentrionais de outras

regiões, a posse da terra não era sua maior ambição. A preferência dos meridionais por cidades tinha origem na Itália, onde o trabalho agrícola nas regiões mais pobres era sinal de miséria.

Em relação aos meridionais, concentravam-se nos contratos de camaradas, ou trabalhadores por turma. “Os meridionais não amam a terra como os camponeses do Norte. De natureza versátil, engenhosos e inquietos, se adaptam a todos os trabalhos e profissões, mesmo as mais humildes e algumas abjetas, desde que consigam um lucro imediato. Estes constituem a espinha dorsal dos diaristas (camaradas e trabalhadores por turma). Vão para as fazendas, mas não se dobram à prepotência, e geralmente ficam ali só durante a colheita, depois passa para outras ocupações e quando essas terminam se repatriam para participar da colheita na cidade de origem.” (P.Ghinassi, “Per le nostre colonie”, in: *Itália coloniale*, Roma, (2): 45, fev. de 1901 in Alvin, 1986:67).

No início da participação de italianos na formação das fazendas, como trabalhos de desmatamento, plantações de café, preparação de pastos, estradas, encanamento d'água eram realizadas sobretudo pelos meridionais.

Fora da agricultura haviam outra profissões ligadas ao campo, como a de pequenos negociantes, artesãos e vendedores ambulantes

(mascates que viajavam pelas fazendas e cidades carregando as mercadorias nas costas), eram realizadas sobretudo pelo napolitanos.

Ao chegar ao porto de Santos, a maioria dos italianos se dirigiu para a zona de fronteira de expansão do café, ao longo das ferrovias Mojiana e Paulista .A qualidade de vida deplorável dos imigrantes italianos nas fazendas de café, já foi objeto de estudo no capítulo anterior. Em virtude das péssimas condições de vida dos colonos, muitos deles deixavam as fazendas paulistas, regressando para a Itália, indo para outras regiões, ou incrementando as populações nos centros urbanos.

Se por um lado o imigrante italiano partia do campo para a cidade, o mesmo não poderia se dizer do caminho no sentido inverso. “O tremendo crescimento da economia cafeeira tornava-se aparente ao observador mais casual. Menos óbvia foi a mudança qualitativa, que é fundamental para a compreensão da experiência imigratória no Oeste paulista. Ao lado dos brasileiros proprietários de grandes fazendas, a estrutura social rural apresentava um crescente número de sítios pequenos e médios adquiridos por imigrantes de primeira geração. Alguns estrangeiros residentes, bem sucedidos no comércio ou na indústria, adquiriram propriedades rurais, porém muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendolas operadas pelo trabalho

familiar começaram provavelmente como colonos de café. O trabalho na fazenda era o emprego rural de acesso mais imediato e embora aqueles imigrantes que adquiriram capital em ocupações urbanas possam ter investido subseqüentemente na produção de café, é menos provável que muitos deles tenham voltado à lavoura como ocupação.” ( Holloway, 1981: 212).

Neste ambiente, não era de se esperar, que ocorresse muitos exemplos de enriquecimento de camponeses italianos, que conseguissem a posse da terra. Talvez os únicos a sobressaírem neste campo tenham sido Lunardelli, que não por falta de méritos recebeu o título de “rei do café”, e Morganti o “rei do açúcar”. Devido ao alto preço da terra, dificilmente o colono conseguia dinheiro suficiente para se tornar fazendeiro, e na maioria das vezes tinha que se contentar com pequenos lotes dedicados à policultura.

O imigrante italiano Geremia Lunardelli, chega ao Brasil com um ano de idade em 1886. Provenientes do norte da Itália, seus pais vão trabalhar como colonos na fazenda Dumont, enquanto Geremia se criava. Em 1904, aos dezenove anos, ele compra seu primeiro sítio, em sociedade com seu irmão e vários outros parentes. No entanto, Lunardelli, enriqueceu basicamente durante a segunda década deste século, como intermediário de café. Ele comprava pequenos lotes dos

imigrantes que haviam se tornado produtores de café na zona Mogiana (região que faz parte do planalto ocidental, fazendo fronteira com o estado de Minas Gerais, delimitado por uma faixa que vai de Mogi Mirim à Ribeirão Preto), mas que não tinham vínculo tradicional com as casas comissionárias estabelecidas em Santos. Assim adquiriu sua mais importantes propriedades rurais, após a geada de 1918 e durante a expansão da década de 1920, tornando-se o *Rei do Café* em 1927.

Além de Lunardelli existem outros italianos que ascenderam socialmente através de grandes fazendas dedicadas ao café para a exportação, trabalhadas por colonos imigrantes no padrão familiar. Miguel Rinaldi que comprou uma fazenda de duzentos alqueires de José Paulo César, no município de Rio Claro. A fazenda comprada por noventa contos de réis, tinha terra com lavoura, pastagens e cem mil pés de café e outras benfeitorias. Angelino e Joannici Martucci que adquirem de Antônio Raphael de Souza, em 1914, uma fazenda de oitenta alqueires e cinqüenta e cinco mil pés de café.

Em outros casos, a aquisição de um pequeno sítio, era o passo inicial para deixar de ser colono. Vicente Prette comprou em 1905 um lote de cinco alqueires de Felisberto Ferreira Gandra, no município Ribeirão Preto. O lote tinha cinco mil pés de café, adquirido por quatro contos de réis, tinha duzentas bananeiras, pomar com trezentas árvores,

uma casa para o proprietário e outra para um empregado; fazendo com que o pequeno fazendeiro pudesse suprir suas necessidades de subsistência, além de produzir café, frutas e gado para obter dinheiro. Outro exemplo é o de Ângelo Genare que comprou de João Martins da Cunha, em 1914, um sítio de quatorze alqueires, perto de Taquaritinga. O lote comprado por cinco contos de réis, tinha nove mil pés de café e outras benfeitorias.

Algumas vezes os imigrantes juntavam os recursos para adquirir uma fazenda. Antônio, Valentino e Giuseppe Camonato, em 1900, compram uma fazenda em Rio Claro, que pertencia a Antônio Manuel. Os dez alqueires foram adquiridos por quatro mil réis, e tinha um velho engenho de açúcar, pastos cercados, um pequeno cafezal e outros melhoramentos. Em 1909, João e Annibal Greggj, colonos em Ribeirão Preto, compraram um sítio de vinte alqueires de Miguel Tripoli. O lote apesar de não ter café, era quase inteira cercada, tinha uma casa, pomar, algumas roças plantadas, pastagens e outros melhoramentos.

Em algumas ocasiões, o trabalho no campo era combinado com outras atividades econômicas, como no caso de Gilberto Visoni que comprou de Alexandre Albertini, em 1907, perto de Ribeirão Preto, uma propriedade de onze alqueires. O valor do lote foi três contos e quinhentos mil réis, e incluía máquinas e uma olaria para fazer tijolos e

telha de um depósito de barro, junto com uma casa, pastos cercados, um canavial, um engenho de açúcar antigo e outros melhoramentos.

Através destes casos individuais, é possível detectar os tipos de propriedades rurais que os imigrantes italianos possuíam no Oeste paulista. Principalmente nos casos de Morganti e Lurnadelli há um enfoque maior. “Estas carreiras se destacam porque são excepcionais; não podem ser consideradas típicas dos milhares de imigrantes que se tornaram proprietários rurais ou pequenos fazendeiros.”(Holloway, 1981 :218)

Pela tabela 5 é possível constatar que, em 1920, a quantidade de hectares de propriedades agrícolas pertencentes a italianos no Estado de São Paulo, não ultrapassava 8%, em contraposição aos 15,5% das propriedades pertencentes aos italianos, demonstrando de certo modo que as propriedades em média eram minifúndios.

Tabela 5

**Propriedades Rurais em São Paulo, pela Nacionalidade do  
Proprietário, 1920**

<i>País</i>	<i>Propriedades</i>		<i>Área</i>		<i>Valor</i>	
	<i>No</i>	<i>% do total</i>	<i>hectares</i>	<i>% do total</i>	<i>contos de reis</i>	<i>% do total</i>
Brasil	54.245	71,1	9.824.482	83,7	1.834.402	78,5
<b>Itália</b>	<b>11.825</b>	<b>15,5</b>	<b>916.487</b>	<b>7,8</b>	<b>257.547</b>	<b>11,0</b>
Portugal	3.875	5,1	437.308	3,7	121.299	5,2
Espanha	3.530	4,6	208.418	1,8	53.209	2,3
Japão	1.151	1,5	37.912	0,3	4.779	0,8
Alemanha	502	0,7	81.831	0,7	20.482	0,9
Austria	398	0,5	43.745	0,4	9.536	0,4
Inglaterra	21	0,0	45.946	0,4	6.132	0,3
França	40	0,1	17.908	0,2	3.443	0,1
Estados Unidos	42	0,1	17.501	0,1	2.012	0,1
Outros	681	0,9	107.402	0,9	24.701	1,1
<b>Total</b>	<b>76.310</b>		<b>11.738.940</b>	<b>100</b>	<b>2.337.542</b>	<b>100</b>

(Fonte: Brasil, diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, 3, 2:xxxv in Holloway, 1981: 229)]

Pela tabela 6 constata-se que a área média de propriedade de italianos, em 1920, era de 78 hectares, ficando bem abaixo da média total de 154. Este mesmo fenômeno também é encontrado quando analisado o valor médio da propriedade de italianos de 21,8 contra a média de 30,6 do total, Nos dois casos os italianos somente ficam em melhor condição que espanhóis e japoneses.

**Tabela 6**

**Área e Valor Médio por propriedade rural em São Paulo, pela nacionalidade do Proprietário, 1920**

<i>Pais</i>	<i>Área média por Propriedade (hectares)</i>	<i>Valor Médio por Propriedade (contos de réis)</i>
Brasil	181	33,8
<b>Itália</b>	<b>78</b>	<b>21,8</b>
Portugal	113	31,3
Espanha	59	15,1
Japão	33	4,2
Alemanha	163	40,8
Áustria	110	24,0
Inglaterra	2.188	292,0
França	448	86,1
Estados Unidos	417	47,9
Outros	158	36,3
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>30,6</b>

(Fonte: Brasil, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, 3,

2:xxxv in Holloway, 1981: 229)

A posse da terra não era um desejo característico de todo povo italiano. “A ambição de possuir uma propriedade não era tão universal dentro do grupo italiano. Tal anseio era marcadamente Vêneta e, se permitiu uma generalização para o comportamento de todo contingente italiano em São Paulo, isto certamente deveu-se à presença acentuada de imigrantes dessa região. E uma revisão mais cuidadosa nos textos de observadores da época comprova que a luta pela pequena propriedade era uma forma de buscar autonomia peculiar à cultura veneta. Assim, se os traços dos meridionais, os toscanos e lombardos, se referem ao pequeno comércio e estão ligados à vida nas cidades, a marca vêneta está na terra, estes são camponeses de Treviso, Padova, Verona, Rovigo ou simplesmente, vênets.” (Alvim, 1896: 149). Embora não se possa negar a importância dos italianos no campo, foi nos centros urbanos que muitos deles conseguiram se destacar realmente.

A tese que pretendem provar a ascensão econômica do imigrante italiano através da aquisição da pequena propriedade, são contrariadas por outros trabalhos que dão especial atenção para a proletarização sofrida por este povo. A própria teoria que vê o italiano tendo como objetivo a posse da terra, começa a ser revista, pois apesar do grande contingente de vênets entre os imigrantes, não podemos expandir um ideal vêneta, para um ideal italiano. “Identificar-se com a nacionalidade significa, pois, implicitamente ajustar-se às expectativas constituidoras da

sociedade apoiada na economia colonial. Devido a essa adequação, imigrantes oriundos da Itália recém-unificada, habituados a conhecerem-se antes como lombardos, vênnetos, romanos, napolitanos, etc., passaram a ser denominados exclusivamente italianos.” (Martins, 1973: 178)

Um colono, que trabalhasse para um fazendeiro honesto, passado alguns anos, conseguiria juntar algum dinheiro, e geralmente se viria a frente de duas opções: ou comprava uma pequena propriedade, aonde as terras eram mais baratas, ou seja, longe das ferrovias; ou, que mais freqüentemente acontecia, dirigia-se às cidades e abria um pequeno negócio. Como em grande parte dos casos, o fazendeiro não se caracterizava pela honestidade, o máximo que o imigrante conseguia juntar, depois de alguns anos de trabalhos, eram dívidas.

Caso seja adotada a tese que alguns adotam, a de que o imigrante italiano ascende socialmente através da aquisição da pequena propriedade, estar-se-á esquecendo da grande massa de perdedores, os que não conseguiram se tornar proprietários, que são na realidade a imensa maioria. O que resta a essa grande massa de perdedores é a proletarização nas cidades.

A falta de perspectivas e a desonestidade no campo leva a desilusão dos imigrantes italianos com as fazendas. “Muitos colonos nem sequer compreendem os termos do contrato com os grandes proprietários de terra. Mas, já em 1908 só uma percentagem dos trabalhadores partem para as fazendas, pois a maioria deles procura se instalar com a família nas cidades do interior do Estado e, principalmente, na capital. Entre 1908 e 1920, apenas um pouco mais de 20% dos trabalhadores que entraram no Estado de São Paulo vão para o campo.” (Carelli: 1982, 33)

## 2.2 ASCENSÃO NAS CIDADES

Primeiramente, cabe aqui ressaltar que será adotada a visão de Renato Perissinoto, que seguindo Warren Dean e Sérgio Silva, defende que os imigrantes são a base social por excelência da burguesia industrial brasileira, consciente e organizada. A origem social, a posse de algum capital, o acesso ao crédito, o treinamento técnico permitiu a proliferação de bem-sucedidos imigrantes na sociedade paulista. Autores que se opõem a esta teoria, acreditam que foram os cafeicultores, o grupo social principal que originou a burguesia industrial paulista.

Já no início deste século, a existência de vários italianos que obtiveram sucesso no mundo industrial, comercial e financeiro já era significativa, porém a exaltação da riqueza, servia como forma de ocultar a miséria que vivia a grande parte dos imigrantes, que se dedicava as atividades urbanas.

Optar pelas cidades, mesmo que para muitos significasse o fim do sonho de enriquecimento (especialmente para os vênnetos), tinha suas vantagens: mais escolas, mais médicos, e significava especialmente o fim dos maus tratos físicos e morais (ou melhor, uma diminuição) e, o fim das multas objetivando roubar parte dos salários, fim do isolamento, e da falta de vida societária.

Segundo Franco Cenni era possível fazer a relação entre algumas profissões do setor terciário com as regiões de origem. Em relação aos mascates que vendiam seus produtos caminhando pelas cidades, se dividiram em dois grupos. Os meridionais, que reunindo um certo capital voltam para a Itália com o dinheiro recolhido. Os outros, principalmente genoveses, toscanos e lombardos, abandonam o duro trabalho nômade, e se transformam em pequenos negociantes em um ponto importante da cidade, indicando o embrião de comerciante trazido da Itália pelos lombardos e toscanos. Os *renaioli* tiravam areia das margens do rio Tietê e eram quase todos toscanos de Viareggio; os napolitanos viviam pelas ruas tocando sanfona ou qualquer outro instrumento típico, ou então oferecendo-se para consertar tudo: panelas, móveis, ou encanamentos; os barreies eram normalmente jornaleiros.

Os meridionais davam preferência as cidades, porque nelas que se permite reconstruir uma rede de amizades e relações pessoais, adequando-se aos hábitos de um proletariado que sempre viveu, antes de emigrar, nos burgos populosos do Sul, e também, como visto anteriormente nas suas percepções, a terra era sinônimo de miséria e desespero.

Dentro da colônia italiana já existiam alguns exemplos de *nouveaux riches*, como Lunardelli e Morganti entre outros exemplos, que embora sem o mesmo grau de sucesso demonstravam que “espírito de iniciativa” era amplamente recompensado. No entanto para os recém-chegados, as condições já não eram tão favoráveis como nos primórdios; isto pode ser comprovado haja vista que as maiores fortunas italianas surgem na transição do século XIX para o XX.

Para que se possa demonstrar este sucesso, faz-se necessário dissertar em primeiro lugar sobre a indústria, ramo qual os italianos obtiveram mais destaque, através via de regra por empresas familiares ou sociedades com outros conterrâneos. Os estrangeiros por um largo período de tempo se destacaram nas iniciativas empresariais, muito provavelmente pela facilidade de obtenção de fontes de capital no exterior e pela anterior atividade de importação. Na verdade, com os italianos este fenômeno se deu de forma diferente, pela constatação da ausência quase total de capital advindo da Itália, contrapondo-se a importância da origem comercial, esta sim, de enorme importância para a colônia italiana.

A origem comercial caracteriza os principais empresários italianos no Brasil, que mesmo criando verdadeiros impérios industriais procuram não abandonar esta atividade, como no caso de Francesco Matarazzo,

no qual o comércio de importação foi predominante, pelo menos até 1900, e não foi deixado de lado nem durante a década de 20. “No início, a economia do café quase não tinha capacidade industrial para alimentar-se ou vestir-se. Nos primeiros anos do surto do café o negócio das importações atingira o zênite.” (Dean ,1991 :25). “Os importadores que complementaram os fazendeiros- empresários no desenvolvimento da indústria paulista foram quase sempre imigrantes.” (Dean, 1991: 57). “A razão mais óbvia da preponderância de imigrantes no comércio, muito embora não explique a propensão deles para a manufatura, é a ausência quase completa de um quadro de paulistas nativos com um estilo urbano de vida. A população da capital da província em 1972, antes que se formassem as companhias de imigração, não passava de 23.000 habitantes. Por volta de 1920, quase dois terços dos seus 580.000 habitantes eram forasteiros ou descendentes de forasteiros. A classe operária da metrópole se constituía, na maior parte, de imigrantes, compondo-se de homens que haviam tentado tratar de cafezais mas não se haviam dado bem nessa ocupação, e de imigrantes subsidiados que, se bem nunca houvessem assinado contratos, tinham conseguido permanecer nas cidades.” (Dean, 1991: 59).

Além de Matarazzo, há alguns outros exemplos importantes desta origem comercial da colônia italiana: Egidio Pinotti Gamba e os irmãos Puglisi Carbone importavam farinha e outros gêneros alimentícios e ao

mesmo comércio dedicavam Nicola Scarpa, Alessandro Siciliano e Rodolfo Crespi. As influências nas decisões posteriores de empreendimento decorrente desta origem, facilitaram na aquisição de maquinarias no exterior, além de criar uma consciência das possibilidades de mercado que a produção local oferecia, adicionado aos constantes aumentos das taxas alfandegárias. Outro aspecto a ser salientado é que o mercado consumidor ia se ampliando e se definindo a favor desta classe empresarial estrangeira, porque em grande parte, a formação era dada por imigrantes, que tinham em termos de alimentação, vestuário, mobília, cujos os gostos se diferenciavam dos locais. Neste contexto que se torna importante a produção de biscoitos, a *pasta*, a cerveja, os óleos de cozinha, os chapéus de feltro, os móveis e outros bens, que também foram aceitos posteriormente pelas classes inferiores nativas. Não era de conhecimento da elite rural paulista nem do grupo de negociantes nascidos no Brasil, as preferências dietéticas, indumentárias ou arquitetônicas dos europeus, sendo neste caso o simples fato de ser um imigrante se tornar uma vantagem comparativa. Através da gerência de bancos italianos, as remessas de dinheiro de imigrantes foram uma fonte inicial de fundos de investimento para Briccola, Martinelli, Matarazzo, Puglisi Carbone entre outros.

A figura de maior destaque na colônia italiana do início deste século, reconhecidamente foi Francesco Matarazzo, que devido a sua importância será tratado isoladamente à posteriori.

Outro imigrante de peso era Rodolfo Crespi, vindo de Busto Arsizio, este piemontês, chega ao Brasil em 1893, como representante de uma firma milanese de tecidos e exportação de Enrico Dell'Acqua. Crespi casa-se com a filha de um imigrante italiano, Rigoli, com o qual funda um restaurante na Praça da Sé; e posteriormente em 1897 funda um cotonifício, que apresenta até 1906 um desempenho modesto, no entanto, a partir desta data com o retorno de Rigoli para a Itália, Crespi resgata sua parte, e logo após adquire um fábrica de cimento, uma de chapéus e outra de tecelagem, todas pertencentes anteriormente a Puglisi Carbone. Fazendo com que entre 1906 e 1909, a empresa amplia-se consideravelmente, passando de 300 para 1.300 empregados. Em 1913, Crespi funda lanifício. A exemplo de Francesco Matarazzo, o crescimento de Crespi foi rápido, com algumas preocupações decorrentes da crise de 29, embora recuperação tenha sido completa. Ao final dos anos 30, as duas tecelagens e a chapelaria empregavam 3.600 pessoas.

Em terceiro lugar, na hierarquia de importância econômica, dentro da colônia italiana encontra-se Alessandro Siciliano, que vinha de uma

família nobre, sendo seu avô um grande proprietário de terras. Proveniente de San Nicola Arcella, na Calábria, chega no Brasil em 1869. Siciliano se estabelece em Piracicaba , dedicando-se conjuntamente ao comércio e aos estudos até o colegial clássico. Em 1887, vende sua loja, e transfere-se para São Paulo , onde, dois anos depois, fundou a “Companhia Mecânica e Importadora” e o “Banco Ítalo-Brasileiro“. Nos anos seguintes fundou uma fábrica de tijolos e cerâmica, uma de maçanetas e materiais sanitários; e, no Rio de Janeiro, uma de óleos. Era proprietário também do primeiro frigorífico a mandar carne congelada para a Itália, a “Companhia Frigorífica e Pastoril”, localizado em Barretos, além de outro em Santos, que venceu a concorrência para a distribuição de carne na cidade de São Paulo. Além de sua importância no campo industrial , Siciliano esteve muito ligado ao projeto de valorização do café. Além de Matarazzo, Crespi e Siciliano cabe aqui mencionar outros italianos que acumularam riquezas consideráveis no Brasil.

Egídio Pinotti Gamba que chega ao Brasil, em 1892, aos dez anos de idade. Pinotti se destaca com indústrias alimentícias e têxteis que chegam a empregar 2.000 operários em 1920. Em 1905, conjuntamente com Matarazzo cria o “Banco Italiano do Brasil”. Em 1910, sofre uma fusão com” Banca Comerciassa di Milão, a “Società Generale” e a “Banque de Paris et des Pays-Bas”. A partir desta data ele deixa de se

chamar “Banco Comercial de São Paulo, transformando-se no “Banco Francês e Italiano para a América do Sul”.

Giuseppe e Nicola Puglisi Carbone, que desembarcaram em 1886, chegaram para verificara possibilidade de ampliar o giro de negócios do pai, que era comerciante na Sicília. Eles se destacaram nas indústrias alimentícias e de construção, tendo o controle de um grande moinho de farinha, um fábrica de sedas e uma refinaria de açúcar. Nicola criou o até então mais importante instituto de crédito, o “Banco Comercial Italiano”, fundado em São Paulo em 1900, que tinha no início 116 acionistas, quase todos italianos, sendo muitos deles ligados à indústria alimentícia como Faleci, Matarazzo e Pinotti Gamba, fazendo concorrência à “Casa Bancária e Industrial”, fundada no ano anterior, por Crespi e Rigoli. Em 1905, Matarazzo deixa o grupo, e Carbone consegue a participação do banco milanês. Em 1910 operou-se a fusão do banco com os interesses locais da banque de Paris et des Pays-Bas, cujo capital em São Paulo totalizava quase cinco milhões de dólares, e seu nome passou a ser Banco Francês e Italiano para a América do Sul.

Arturo Odescalchi, que localizado em Campinas, tentou tornar o Brasil independente da importação de seda da Itália, fundando assim a “Brasital” e depois a “Indústria de Seda Nacional”, que objetivava a expansão da criação do bicho-da-seda e comprar toda produção.

Dante Ramenzoni, que fundou uma modesta fábrica de chapéus, que, em seguida, se tornou a mais importante do Estado de São Paulo. Ramenzoni mesmo após atingir o sucesso, não esqueceu suas origens populares e sua militância política, sendo sempre uma figura única no mundo empresarial italiano na capital paulista. Ele nunca aspirou comendas ou cargos nas sociedades coloniais, e conseguiu levar a sua fábrica à prosperidade.

Com exceção de Ramenzoni, que sempre buscou melhorar as condições dos operários de sua fábrica, era difícil encontrar entre os industriais italianos quem respeitasse os interesses dos operários. A maioria deles se mostrava disposto a fazer doações a seus dependentes, que não passava de um impulso que visava conseguir um controle mais rígido da força de trabalho.

Antônio Jannuzzi junto com Giuseppe Martinelli ilustram a ascensão econômica em setores não manufatureiro. Porém não serão alvos deste trabalho pelo fato de terem se fixados na então capital federal Rio de Janeiro. Jannuzzi se dedicou a construção civil, e Martinelli foi o fundador em 1917 da companhia de navegação “Lloyd Brasileiro”, que em 1920, possuía vinte de dois navios.

Na verdade a primeira fortuna italiana em São Paulo, nasce de operações bancárias através de Giovanni Briccola. Como engenheiro contratado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, chega em São Paulo em 1885, mais tarde ingressando no mundo dos negócios e dos bancos, tornando-se agente do Banco de Nápoles. Em 1911, sua fortuna orçava por cinco milhões de dólares.

Nicolau Scarpa, que proveniente de Salerno, na Campania, se destacou como dono de moinhos e fábricas de tecidos. Scarpa era comerciante de algodão e dono de descaroçadores na região de Sorocaba. Com o advento da guerra, Nicolau juntamente com o português Antônio Pereira Inácio descobriu que as suas capacidades de descaroçamento definiam, em grande parte, os limites do suprimento de algodão às fábricas de Sorocaba e da capital. Pereira Inácio e Scarpa se unem, e passam a comprar cotonifícios vulneráveis que vinham operando mal por fazendeiros que não contavam com o café para suprir o prejuízo. A sociedade não durou muito, e Scarpa sai da sociedade com uma das menores fábricas e com a fábrica de óleo de caroço de algodão do ex-sócio.

Prada, também se destacou no setor de chapéus. Guglielmo Poletti, que criou a “Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira”. Além de outros como Bosisio, Comodo, Faleci, Marcellino, Zanetta, Torre, Diciatteo,

Melillo, Cervone, em São Paulo. Marinangeli, em Santos. De Marco, em Campinas. Ippolito e Messina, em Ribeirão Preto. Agù, que, em São Paulo, fundou uma cidade com o nome de sua aldeia natal, Osasco. Sabbado D'angelo, dono da fábrica de cigarros "Sudan" e de outras empresas.

O mundo financeiro foi responsável por uma boa parte das fortunas italianas; e este foi o único em que ocorreu a contribuição de capital vindo da Itália. Entre esses se destacaram Siciliano, Jannuzzi e Nicola Petagna. Ao final do século passado havia quase a inexistência de bancos italianos; no entanto as casas de câmbio eram numerosas, e na maioria das vezes desonestas. Em São Paulo, dos 42 institutos de crédito surgidos entre 1891 e 1905, 22 eram italianos, porém todos criados após 1899. Em sua quase totalidade estes institutos, que possibilitavam enriquecimento rápido e sem riscos, sobreviviam exclusivamente das remessas dos emigrantes italianos.

"Diante de tantos compatriotas que haviam alcançado o ápice no mundo industrial, e, em menor medida, comercial e financeiro, coletividade italiana no Brasil e os observadores vindos da península eram levados a corroborar a imagem estereotipada do pobre emigrante, que tendo chegado com sua trouxas nas costas, à força de sacrifícios, vontade, dedicação ao trabalho e ponderação, tornava-se milionário. É

só correr os olhos pela imprensa burguesa da colônia para como era premeditada e maciça essa campanha, a qual sem embargo, não correspondia à realidade.” (Trento, 1989: 149). Tentava-se assim criar a imagem do *self-made man*, exaltando-se conceitos como dedicação ao trabalho, moderação, capacidade de poupar que visava indicar o rumo para o sucesso. Por um lado esse conceitos tentavam aproximar o patrão e o operário, que de certo modo era facilitado pela nacionalidade comum; por outro lado, tentava-se dispersar o proletariado de ações coletivas de defesas, entre eles movimentos anarquistas, socialistas e anarco-sindicalistas, que as elites consideravam daninhas em relação as soluções individuais de enriquecimento.

Esta imagem do *self-made man* era intencional, e sempre frisada por declarações dos industriais e de seus familiares, ganhando grande repercussão sobre o grande público.

“Os italianos desempenham papel determinante na fisionomia da metrópole. Sua posição jamais é neutra. O *italianinho* do Brás é objeto de desdém, o comerciante próspero da Mooca é ao mesmo tempo respeitado e invejado, o milionário da avenida Paulista é temido e invejado por seus pares, embora seja considerado como um arrivista. A colônia italiana sofre inicialmente a divisão econômica e social do espaço, com os contrastes entre os bairros ricos e os bairros pobres. Por

outro lado, ela contribui não só para a extensão como também para a diversificação da fisionomia da cidade, principalmente reforçando a classe média. Os italianos criam para si um espaço em São Paulo que nem sempre corresponde ao que lhes fora atribuído pelos incentivadores da imigração. Esta evolução se reflete na imagem que eles remetem ao conjunto da população; ela é, sobretudo, intimamente ligada ao que têm os italianos na industrialização da cidade.” (Carelli: 1982, 38).

## 2.3 ASCENSÃO ATRAVÉS DO CASAMENTO

A ascensão econômica de imigrantes italianos através do casamento com membros da oligarquia rural paulista era quase impossível. Na primeira geração, mesmo os italianos que conseguem ascender economicamente, não eram bem aceitos pela classe hegemônica que continuavam a carregar a imagem estereotipada do camponês que veio substituir os escravos nas plantações de café. No princípio, não existia estratégias casamenteiras por parte das famílias importantes brasileiras, pelos quais os italianos buscavam prestígio social após terem obtido o econômico. Pois seria de se esperar que membros da oligarquia rural paulista decadente economicamente, mais que guardava ainda um prestígio social e político, buscassem a recuperação econômica, criando laços com os italianos bem-sucedidos economicamente, que procurassem prestígio social e político que ainda não haviam alcançado.

O único exemplo importante que foge a regra é Alessandro Siciliano, que se casa com a filha de um importante fazendeiro paulista. A aceitação de Siciliano é total, e ele afrouxa o relacionamento com a colônia italiana, passando a manter contato com o grupo que passa a pertencer.

Os casamentos entre membros da colônia italiana e membros da oligarquia rural paulista, passam a ser mais freqüentes quando esta última, após a revolução de 30, tem o controle político reduzido, pois o controle econômico já vinha se reduzindo no decorrer dos anos. Até os anos 30, não se encontram sobrenomes italianos nos quadros políticos paulistas, mostrando o baixo índice de inserção política da colônia italiana, apesar de haver já muitos casos de enriquecimento.

“Nos anos vinte, os paulistas quatrocentões de estirpe bandeirante, os aristocratas locais, em suma, conservam preconceitos contra a *italianada*. Mas estes sentimentos, que têm com certeza forte repercussão nas relações individuais, não entravam o processo geral de progressiva simbiose e desaparecimento das prevenções. Aliás, os quatrocentões empobrecidos casam seus filhos com ricos italianos. Aureliano Leite nota as alianças entre as famílias Gomides e Matarazzo, Camargo e Guarnieri, Crespi e Prado, Godói e Lunardelli, Bueno e Peppe, Pati e Melo; todos os nomes de nobres, burgueses e plebeus. Como assinala Giorgio Mortara, o casamento constitui o fator mais poderoso de fusão entre diversos grupos étnicos e sociais. Ora, desde 1920, 55,4% dos noivos italianos se casam com brasileiras e, em 1927, tal cifra passa a 62,2%.” (Carelli :1982, 70 e 71).

No entanto, a quantidade elevada de casamento entre italianos e brasileiros, não elimina a tensão existente entre a elite fazendeira e os empresários imigrantes. “Até 1918, por exemplo, não era permitido o ingresso de certos imigrantes nos clubes sociais de maior prestígio, o Jockey, o Automóvel e o São Paulo, e ainda hoje (1971) não se encontram muito amiúde nomes de imigrantes em suas diretorias. Um cáustico retrato da sociedade paulista na década de 1940 dá a entender que os fazendeiros, ainda socialmente distintos, coexistiam numa forma repelente de simbiose, em que os imigrantes dependiam dos *quatrocentões* para suas alianças de status, ao passo que os fazendeiros dependiam dos imigrantes para suas necessidades de dinheiro.” (Dean: 1971, 85).

## 2.4 ANÁLISE DE VIDA: CASO MATARAZZO

A importância de Francesco Matarazzo faz dele um personagem único da indústria paulista e da colônia italiana. Analistas da época constatam que o grupo Matarazzo tinha o terceiro faturamento do Brasil, somente perdendo para o do próprio Brasil e do Estado de São Paulo. Filho de um grande proprietário de terras e comerciante italiano. Proveniente de Castellabate, da província de Salerno, em 1881, com vinte cinco anos, desembarca em Santos, trazendo uma carga de banha que cai na água ao desembarcar. Junto da mulher, e de seus dois filhos, estabelece-se em Sorocaba, onde começa a produzir banha de porco em pequena escala e a dedicar-se ao comércio. Funda em 1890, com os lucros obtidos, uma firma de importação em sociedade com dois irmãos; e, em São Paulo, funda a “Matarazzo e Irmãos”, que foi o primeiro núcleo das futuras indústrias, deixando de ser importador de trigo da Argentina e Estados Unidos, passando a ser produtor. Entre 1890 e 1930, prevalecem os interesses industriais; em 1911 termina a fase de associação com os irmãos e Francesco reorganiza as atividades ao seu redor e dos filhos, criando as IRFM (Indústrias Reunidas Francesco Matarazzo), que incluíam um setor financeiro, responsável pela remessa de lucros de imigrantes para a Itália. Além do IRFM, ocorre a criação da “Sociedade Anônima Matarazzo no Paraná”, a “Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo”, a “Sociedade Agrícola Fazenda Amália

Matarazzo e Cia.”, a “Società Italiana Matarazzo di Napoli” e as “Lojas Gerais Matarazzo”. “Em 1918, o lucro líquido do grupo é de 30.000 contos de réis e, em 1922, os operários empregados chegam a 10.000.” (Trento, 1989: 144). Mesmo a crise de 1930 não parece abalar Matarazzo que neste período abre duas filiais na Argentina e compra duas indústrias, sendo uma delas a “S.A. Tecelagem de Seda Ítalo -Brasileira” que pertencia anteriormente a Crespi e Puglisi. “Em 1936, as IRFM haviam-se tornado um pequeno império de 285 fábricas metalúrgicas, têxteis e de gêneros alimentícios, com 20.730 empregados.” (Trento, 1989: 144). Matarazzo buscava nas sua indústrias ter o domínio do processo todo, tentando controlar desde a matéria-prima até o produto final. “A maioria dos outros fabricantes revela a mesma tendência à auto suficiência, pelo menos até certo ponto. Não se creia que a integração vertical fosse principalmente o resultado do desejo de absorver os lucros dos intermediários. Operando numa economia de fronteira, Matarazzo e os outros industriais ansiavam sobretudo por diminuir as incertezas do suprimento de matéria-prima, do transporte e da energia.” (Dean: 1971, 71).

Neste contexto , não é por acaso que Francesco Matarazzo tem sua imagem associada ao de operário número um de suas fábricas, que incorporava o lema legível das embalagens de seus produtos: *Fides-Honor-Labor*. Publicações da época enfatizavam para o grande público

este “amor ao trabalho” do velho Francesco, chegando-se a dizer que o governo poderia fazer quantas leis fossem a respeito da redução da jornada de trabalho para oito horas, que ele continuaria a trabalhar 14 ou 16 horas, porque é no trabalho que encontra as maiores satisfações, e o melhor consolo da vida.

O mito da modéstia era outra virtude de Matarazzo corroborado pela imprensa. Não eram poucos os artigos que retratavam-no como sendo um homem simples, sem nenhuma competência específica, que continuava ser o de sempre, um pobre comerciante do interior. O objetivo era demonstrar que qualquer um poderia atingir o sucesso econômico, sem a necessidade de instrução, capital inicial, ou bagagem técnica anterior, bastando apenas faro nos negócios, confiança em si mesmo e perseverança.

O último mito associado a Matarazzo era de seu pioneirismo, tentando difundir a imagem do emigrado, sem bases econômicas, que fica multimilionário.

Apesar de passado quase um século estas características, que se tentam passar para opinião pública, do empresário, em geral, como sendo um sujeito trabalhador, modesto e pioneiro, ainda são muito

difundidas, incorporados em empresários como Silvio Santos e Antônio Ermirio de Moraes.

“O conteúdo dos mitos (trabalho e poupança) coincidia com o conteúdo das entrevistas dadas por Francisco, em parte , e com versões oficiais de sua história. Isto é, essas versões, fundadas ideologicamente, como expus, procuravam fazer convergir os mitos e a biografia, conseguindo assim alimentar os primeiros. Ao mesmo tempo, preservaram o âmago de sua personalidade, impedindo que os mitos se desfizessem ante um confronto.” (Martins,1973: 69)

A exaltação deste estereotipo necessariamente tinha que passar por canais mais seguros que os representados pelos jornais em língua italiana, que não tinha a sua difusão muito elevada devido a grande quantidade de imigrantes analfabetos. Com isso corria-se o risco de sua mensagem chegar apenas à pequena burguesia e uma faixa restrita do proletariado. Isto fez com que Matarazzo fosse ativo em outros campos, sobretudo na vida das associações da colônia, através de generosas doações, feitas muitas vezes pessoalmente em datas ou eventos patrióticos que diziam respeito à Itália. Quando falece em 1937, Francesco Matarazzo era admirado por boa parte do proletariado.

“O que foi dito na biografia de Matarazzo repete-se para todos os outros industriais, mesmo que com resultados mais modestos. No entanto, sob um aspecto, os vários Crespi, Siciliano, Pinotti Gamba etc. conseguiram igualar a fama do conde: eles também foram tidos por imigrantes que haviam desembarcados sem nenhum tostão. Na realidade, apesar do fenômeno e as oportunidades implícitas de ascensão social oferecidas pelo Brasil, mesmo uma análise superficial da extração social da classe empresarial estrangeira permite derrubar facilmente este mito.” (Trento,1989: 151).

## 2.5 ASCENSÃO X ILUSÃO

Difícilmente, no caso dos italianos, os que aportaram pobres em Santos, conseguiram passar do comércio varejista ou da oficina de artesanato, que em apenas casos escassos chegaram a se transformar em pequenas indústrias. Nicolau Scarpa e Dante Ramenzoni, são as únicas exceções relevantes de imigrantes italianos que começaram como mascates ou operários de fábricas, e conseguiram se destacar na sociedade paulista da época. Todos os outros bem sucedidos empresários italianos tinham uma origem social diferente, em geral classe média, ou, pelo menos, alguma experiência comercial e/ou um certo grau de instrução e uma base de conhecimentos técnicos.

“Os imigrantes que adquiriram fortunas e conseguiram igualar-se aos fazendeiros em posição social eram de origens totalmente diversas. Os dados biográficos que se possuem revelam que quase todos, em suas pátrias, haviam morado em cidades, pertenciam a famílias de classe média e possuíam instrução técnica ou, pelo menos, certa experiência no comércio ou na manufatura. Muitos chegaram com alguma forma de capital: economias de algum negócio realizado na Europa, um estoque de mercadorias, ou a intenção de instalar uma filial de sua firma. Outros haviam sido contratados para trabalhar em empresas de propriedade de fazendeiros, à semelhança dos colonos e

operários têxteis, mas como técnicos ou administradores.” (Dean, 1991: 59). Uma observação a ser feita, é a respeito da falsa impressão que pode se passar, de que bastou o imigrante italiano chegar minimamente capitalizado à São Paulo, para enriquecer. Naturalmente a história trata de preservar os Matarazzo, os Crespi, ou os Siciliano; deixando, os que apesar de chegarem com algum dinheiro ou alguma base técnica, não deram certo, e com isso se transformaram em números que se somaram às estatísticas, entre outras, dos bairros operários italianos.

A imagem de *self-made man* era essencial a fim de encurtar as distâncias entre o patrão e o empregado, assim diminuindo possíveis revoltas do proletariado. “Os imigrantes bem-sucedidos, importadores e industriais, estavam longe de chegar ao Brasil com as mãos abanando, como geralmente se afirma. Possuidores de algum capital e de conhecimentos técnicos, eram mais *burgueses imigrantes* do que pobres despossuídos. Podiam, assim, por si só ou com ajuda de algum parente ou amigo, iniciar um negócio próprio. Por essa razão, houve pouquíssimos empresários imigrantes que começaram como operários de fábrica ou mascates. Neste caso Dean nos fornece como nomes proeminentes apenas os de Dante Ramenzoni e Nicolau Scarpa.” (Perissinoto: 1984, 162). Além da imagem de *self-made-man*, outro fator favorável para atenuar tensões, era a origem italiana comum de grande parte do empresariado, e do operariado paulista.

Ao analisarmos a “massa de perdedores”, que a história, na maioria das vezes, se esquece, a vida dos italianos nas fazendas era muito similar aos das cidades no fator ausência de perspectiva. “Teria bastado ir aos bairros populares do Brás, Barra Funda e Bela Vista, mais conhecido como Bexiga, cujos moradores eram quase todos italianos predominantemente operários-, para encontrar-se diante de um quadro de desolação de não causar nenhuma inveja ao das fazendas, exceto que a violência não assumia as feições brutais do capanga, mas as determinadas pelo círculo vicioso miséria/ salários baixos/ miséria.” (Trento, 1989: 137). “Robert Foerster, um analista norte americano da emigração italiana, concluiu que quem quer que se proponha a entender a vida dos italianos no Brasil, e particularmente a sombra de fracassos que afetou a carreira de tantos, tanto nas fazendas como nos alhures, devia lembrar-se da melancólica condição em que chegaram. Eles trouxeram para o país muito pouco de capital ou de capacitação pessoal.” (Holloway, 1984: 213)

## CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho nunca foi chegar a um resultado aritmético, que fosse permitido através de uma equação mágica, da qual inserindo os dados, nos daria se este imigrante se destacou sócio-economicamente, e porque não politicamente, e se outro não. Neste trabalho podemos verificar que existem tendências, que não necessariamente devem ser confirmadas.

A Itália recém unificada apresentava um quadro de alta heterogenia regional e populacional, que terá conseqüências nas diferenças entre seus imigrantes que chegam ao Brasil. Os imigrantes do norte, em sua grande parte, buscavam as fazendas, com isso era de se esperar que os imigrantes italianos que conseguem se tornar fazendeiros fossem desta região, principalmente da região vêneta. Os imigrantes da Itália central, do sul e das ilhas preferiam as cidades, fazendo com que a maioria dos imigrantes que se destacou com atividades como comércio e indústria, fossem provenientes destas regiões.

Com raríssimas exceções o imigrante italiano apenas conseguiu algum sucesso se chegou ao Brasil com capital ou base técnica, que o diferenciava da grande massa de miseráveis. Com isso, a imagem de

*self-made-man* que se tenta passar do imigrante bem-sucedido, não passa de uma escassa exceção à regra.

Se por um lado, no período estudado, se nota uma curva de crescimento da influência econômica dos italianos no Estado de São Paulo; o mesmo não poderia se dizer da influência social e política, que apresenta um curva que não acompanha diretamente a econômica, talvez dando saltos de geração em geração, rompendo aos poucos o preconceito que a oligarquia rural paulista ainda guardava dos imigrantes italianos, mesmo depois destes terem ascendidos economicamente.

Apesar deste trabalho ter focado os “italianos vitoriosos”, não se pode esquecer que a grande parte dos imigrantes encontrou no Brasil a desilusão, que é constatada pelo alto índice de italianos que desistem do Brasil, ou imigrando para outros países, ou simplesmente retornando para a Itália, a mesma que outrora havia os “expulsado”.

## BIBLIOGRAFIA

Almanaque Abril-1987

**Alvim, Zuleika M. F.** - Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920, Editora Brasiliense S.A., São Paulo, 1986

**Cano, Wilson** - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Editora Hucitec, São Paulo, 1977

**Carelli, Mario** - Carcamano e Comendores : os italianos de São Paulo : da realidade à ficção (1919-1930)., Editora Ática, São Paulo, 1985 (original, 1982)

**Dean, Warren** - A Industrialização de São Paulo, Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro , 1991

**Holloway, Thomas H.** - Imigrantes para o Café -Café e Sociedade em São Paulo, 1886-1934. Editora Paz e Terra, 1984

**Hutter, Lucy Maffei** - Imigração italiana em São Paulo ( 1880-1899) :os primeiros contatos do imigrante no Brasil. Instituto de Estudos Brasileiros-USP, São Paulo , 1972

**Hutter, Lucy Maffei** - Imigração italiana em São Paulo de 1902 à 1914: o processo migratório. Instituto de Estudos Brasileiros-USP, São Paulo, 1986

**Ianni, Constantino** - Homens sem Paz. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1963

**Martins, José de Souza** - A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. Editora Pioneira, São Paulo, 1973

**Martins, José de Souza** - Conde Matarazzo.: um empresário e a empresa , estudo de sociologia do desenvolvimento. Editora Hucitec, São Paulo, 1973

**Lucena, Célia Toledo** - Bexiga, Amore Mio. Editora Pannartz, São Paulo, 1983

**Monbeig, Pierre** - Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Editora Hucitec, São Paulo, 1984

**Pauwells, R. Geraldo José**-Atlas Geográfico. Edições Melhoramentos, São Paulo, 1980

**Perissinoto, Renato M.** - Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha., Editora da Unicamp, Campinas, 1994

**Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M.**- A Classe Operária no Brasil 1889-1930., Editora Brasiliense, São Paulo, 1981

**Trento, Ângelo** - Do outro lado do Atlântico: um Século de imigração italiana no Brasil. Editora Nobel, São Paulo, 1989

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Mapa1- Divisão Política da Itália.....pag.06

Figura 2- Gráfico 1- Principais fluxos de imigrante entrados no Brasil  
(1884-1923).....pag.09

Figura 3- Gráfico 2- Porcentagem dos imigrantes entrados (1884-  
1923).....pag.09

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Imigrantes entrados no país de 1884 a 1923.....pag.08

Tabela 2-Emigração italiana para o Brasil por regiões.(1876-1920).pag.15

Tabela 3- Variações do contingente imigratório italiano por região de origem (até 1901/após1902).....pag.16

Tabela 4-Quadro demonstrativo dos emigrantes analfabetos ,segundo a nacionalidade.....pag.18

Tabela 5- Propriedades Rurais em São Paulo, pela nacionalidade do proprietário, 1920.....pag.38

Tabela 6- Área e valor médio da propriedade rural em São Paulo, pela nacionalidade do proprietário, 1920.....pag.39